

CACS-FUNDEB

Rio Claro

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

Aos dezesseis dias do mês de abril de 2018, às treze horas e trinta minutos, estiveram reunidos nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, em reunião ordinária, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - Rio Claro: Osmar Arruda Garcia, Leandro Generoso Lopes, Rebeca Possobom Arnosti de Moraes, Ramona Vieira Lemos de Alcântara, Lilian Silva de Lucas de Souza, Sandra Helena Tinós, Paulo César Aparecido Apolari e Mariangela Polacchini Zanella. A reunião foi iniciada com a eleição do novo presidente e vice-presidentes do conselho, pois Mariangela passou a ser suplente do segmento de diretor de escola (deixando o cargo de presidente) e Rebeca, antiga vice-presidente, retornou ao conselho como titular do segmento de diretor de escola. Rebeca e Leandro manifestaram interesse por ocupar a função de presidente e vice-presidente, respectivamente, sendo que foram eleitos para a função por unanimidade. Após esse processo houve a leitura do Regimento Interno do CACS-FUNDEB, discutindo-se sobre a possibilidade de modificar determinados pontos e anotando dúvidas para pesquisas posteriores. Os principais pontos que exigirão futuras pesquisas são: Suplentes podem assinar os pareceres trimestrais? Há um quórum mínimo para isso? No regimento não consta informações garantindo a presença do suplente na reunião, mesmo que o titular esteja presente, seria importante garantir essa presença no regimento, para que o mesmo possa ser dispensado de suas atividades na escola para participar da reunião do CACS-FUNDEB; discutiu-se a possibilidade de mudar o tempo de espera para iniciar a reunião sem o quórum, pois a reunião só pode iniciar sem quórum após trinta minutos do horário marcado, sendo o quórum composto de 50% dos segmentos mais um, ou seja, sete segmentos; discutiu-se se no regimento interno deveria haver a exigência de um quórum mínimo para a conferência de documentos e para as reuniões em que ocorrem deliberações; debateu-se sobre a possibilidade de elaborar grupos de trabalho para agilizar e melhor distribuir a análise de documentos e a fiscalização do transporte escolar. Observou-se que o conselho ainda não tem dado conta de supervisionar a proposta orçamentária do município, nas ações relativas à definição de metas e estratégias do Poder Executivo para a área da educação, nem de supervisionar a realização do censo escolar anual. Ficou combinado que esses pontos serão discutidos ao longo do ano, que para saná-los serão feitas consultas ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e às leis municipais e federais referentes ao CACS-FUNDEB. Na sequência, houve a discussão para eleger um representante do CACS-FUNDEB para compor o grupo de trabalho que estudará sobre o transporte escolar a fim de elaborar uma minuta de projeto de lei municipal referente ao mesmo (Tal grupo de trabalho foi mencionado na Ata da Reunião Extraordinária realizada em 02 de março, como também no ofício n.º 163/2018, enviado pelo Secretário Municipal da Educação). O conselheiro Leandro se ofereceu para participar da comissão, sendo aprovado por unanimidade. Houve discussão sobre as obras que estão sendo realizadas em escolas do município (quais são e sobre a possibilidade de acompanhá-las) e sobre o pagamento da folha de funcionários, pois notou-se que a prefeitura utiliza verba do tesouro municipal para realiza-lo e, posteriormente, repassa verba do FUNDEB ao tesouro para repor a quantia utilizada. Questionou-se se esse procedimento é legal e ficou combinado de realizar uma consulta ao SIOPE e ao Tribunal de Contas para sanar essa dúvida. Houve discussões sobre as contas de energia elétrica, pois Rebeca destacou que as escolas não têm acesso às mesmas e se perguntou se o conselho poderia fazer algo para que essa informação chegue às escolas. Mariangela sugeriu que um ofício seja enviado ao Edson (Coordenador Pedagógico da Educação Ambiental) a fim de questionar se algo pode ser feito para viabilizar essa informação às escolas, para que as mesmas tomem consciência de seu consumo e

Ramona

[Assinatura]

CACS-FUNDEB

Rio Claro

possam buscar reduzi-lo. Rebeca relatou ao grupo os assuntos tratados em reunião com o Secretário Adriano, sobre o transporte escolar, que constam em maiores detalhes na ata da reunião, ocorrida em dois de março de 2018. Dando continuidade ao assunto, analisaram o questionário do transporte que faz parte da prestação de contas do PNATE, ligado ao FNDE, para verificar os critérios de preenchimento do mesmo, ou seja, verificar o que seria necessário avaliar no transporte escolar. Alguns pontos que aparecem nesse questionário são: O CACS-FUNDEB possui local e equipamento adequado para seu funcionamento? No município há alunos que precisam do transporte escolar, mas que ainda não são atendidos? O conselho realiza alguma verificação nas rotas e percursos e nos veículos do transporte escolar? Como são as condições dos veículos? Há pessoas que pegam carona no transporte escolar? Sobre esses pontos, discutimos o que os conselheiros deverão vistoriar quando realizarem as visitas aos ônibus e acompanharem o seu percurso. Os membros também perceberam que o PNATE se volta ao transporte rural, assim, discutiu-se que o CACS-FUNDEB seria responsável por verificar os veículos e as rotas que atendem aos alunos da área rural. Surgiu a ideia de realizar um questionário às escolas, para que os diretores informem se percebem alguma irregularidade no transporte escolar. A partir das discussões, decidiu-se encaminhar um ofício ao Secretário Municipal da Educação requisitando melhorias nos equipamentos disponibilizados ao CACS-FUNDEB (requisitando o acesso à internet, um armário com fechadura para guardar os documentos, ficando uma chave com a responsável pela biblioteca e uma chave com a presidente, a separação da documentação dos conselhos (um armário para cada conselho) e uma extensão para tomada). Ainda decidiu-se encaminhar ofício ao Secretário da Educação questionando se a prefeitura tem realizado fiscalização e controle periódicos do serviço de transporte escolar; se houve prejuízo financeiro no PNATE, no ano de 2017 e quais são as linhas de ônibus atendidas pelo Programa. Houve a ideia de divulgar o CACS-FUNDEB nas escolas, para que os pais, alunos e funcionários saibam que podem recorrer ao conselho se perceberem irregularidades no transporte escolar, no pagamento de funcionários ou no uso de recursos vinculados à educação. Não sobrou tempo hábil para análise dos boletins de frequência dos meses de fevereiro e março, ficando esse item para a próxima reunião. Não havendo mais nada a se tratar, encerrou-se a reunião da qual eu, Lilian Silva de Lucas de Souza, lavrei a presente ata,

assinada por mim e pelos demais
presentes:       